

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
CURSO DE LICENCIATURA EDUCAÇÃO DO CAMPO- CIÊNCIAS DA
NATUREZA

ÁLVARO RIBEIRO NICOTTI

**O PAPEL POLÍTICO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO
REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO LITORAL NORTE DO RS A
PARTIR DO PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE
DA PANDEMIA DE COVID-19**

Tramandaí

2020

ÁLVARO RIBEIRO NICOTTI

**O PAPEL POLÍTICO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO
REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO LITORAL NORTE DO RS A
PARTIR DO PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE
DA PANDEMIA DE COVID-19**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Educação do Campo- Ciências da Natureza da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial de obtenção de título de Licenciatura em Educação do Campo.

Nome do orientador: Profa Luciani Paz Comerlatto

Tramandaí

2020

NICOTTI, ÁLVARO RIBEIRO

O PAPEL POLÍTICO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO LITORAL NORTE DO RS NO PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DA PANDEMIA DE COVID-19/ ÁLVARO RIBEIRO NICOTTI. – 2020. 40 f.

Orientador: Luciani Paz Comerlatto. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Licenciatura em Educação do Campo, Tramandaí, BR-RS, 2020. 1. EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA . I. Paz Comerlatto, Luciani, orient. II. Título.

ÁLVARO RIBEIRO NICOTTI

**O PAPEL POLÍTICO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO
REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO LITORAL NORTE DO RS A
PARTIR DO PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE
DA PANDEMIA DE COVID-19**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Educação do Campo- Ciências da Natureza da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial de obtenção de título de Licenciatura em Educação do Campo.

Nome do orientador: Profa Luciani Paz Comerlatto

Data de aprovação: 20 de novembro de 2020

Banca examinadora

Prof. Jonas Seminotti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Sinthia Cristina Batista

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa ao meu filho Francisco; um grande parceiro nos melhores e piores momentos da vida.

A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos. Quando superarmos esta quarentena, estaremos mais livres das quarentenas provocadas por pandemias. (Santos, 2020, p. 32)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a investigar o papel político social da educação escolar e sua contribuição para a transformação da sociedade a partir de uma Escola Pública do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e se utilizou de aplicação de questionário a cinco professoras de diferentes áreas de atuação. Além disso, esse presente trabalho expõe a contradição da educação emancipatória com a lógica do capital, trazendo o interesse das professoras sobre a o atual momento histórico recente do Brasil, reconhecendo as variadas formas de abordagem sobre a crise política-ideológica brasileira pelas professoras. Por fim, analisa-se qual o papel político social da educação escolar, a partir do período pós-golpe de 2016 até o primeiro semestre da pandemia de covid- 19, tendo em vista a educação emancipatória.

Palavras-chave: Emancipação humana, Educação pública, sujeito histórico, Democratização da educação

ABSTRACT

This course conclusion work aims to investigate the social political role of school education and its contribution to the transformation of society from a Public School on the North Coast of Rio Grande do Sul. The research is characterized as a case study and a questionnaire was applied to five teachers from different areas. In addition, this present work exposes the contradiction of emancipatory education with the logic of capital, bringing teachers' interest in the current recent historical moment in Brazil, recognizing the various ways of approaching the Brazilian political-ideological crisis by teachers. Finally, it is analyzed as a Public School of the North Coast, it can e- or it exercised its social political role, considering the change of society, in the perspective of human emancipation.

Keyword: Human emancipation, Public education, historical subject, Democratization of education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Covid-19- Doença causada pelo novo coronavírus

CPM- Conselho de pais e mestres

EJA- Ensino de Jovens e Adultos

ESP- Escola sem Partido

PMDB- Partido do Movimento Democrático brasileiro

PSDB- Partido Social Democrata Brasileiro

PT- Partido dos Trabalhadores

RS- Rio Grande do Sul

SEDUC-RS- Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAMINHOS DA PESQUISA	13
3	A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SEU PAPEL POLÍTICO E SOCIAL PARA A MUDANÇA DA SOCIEDADE	16
4	O PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016	23
4.1	O golpe de 2016 e a ascensão da extrema direita no brasil	23
4.2	O neoconservadorismo na educação escolar	27
5	O PAPEL POLÍTICO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO LITORAL NORTE DO RS, NO PERÍODO PÓS GOLPE DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DA PANDEMIA DE COVID-19	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7	REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

O momento histórico recente do Brasil, a partir das jornadas de junho de 2013, passando pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016 e culminando na eleição de um presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro (sem partido), nas eleições de 2018, expôs uma das maiores crises políticas ideológicas do país. Não obstante, o mundo, recentemente, é assolado por uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, denominado de Sars-Cov-2 e que, até o momento, não se dispõem de vacina. Aqui no Brasil, conforme a Organização Mundial da Saúde, o dia 11 de março foi considerado como data de início da pandemia, com isso sendo decretado a suspensão das aulas presenciais e o distanciamento social.

Assim, considerando o contexto histórico recente brasileiro e com um olhar específico na educação e seu papel de contribuição para a mudança do mundo, é que procurou-se responder a seguinte questão: Qual o papel político social da educação escolar, a partir do período pós-golpe¹ de 2016 até o primeiro semestre da pandemia de covid-19 no Brasil, tendo em vista a educação emancipatória?

Como objetivo geral, procurou-se expor a contradição da educação transformadora, no contexto da sociedade capitalista, a partir do exemplo de uma Escola Pública do Litoral Norte do RS. De forma específica, este trabalho procurou analisar o papel político social da educação escolar através do exemplo de uma Escola Pública do Litoral Norte do RS, frente a narrativa dos docentes; identificar o interesse dos professores de uma Escola Pública do Litoral Norte, sobre a atual política ideológica brasileira; e reconhecer as variadas formas de abordagem sobre a crise política-ideológica brasileira pelos professores de uma Escola Pública do Litoral Norte.

Esta pesquisa foi subdividida em seis capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, onde se buscou expor a delimitação do tema, a problemática, bem

¹ A definição de “golpe” é fundamentada teoricamente nos capítulos seguintes.

como os seus objetivos e a justificativa do presente trabalho. Já no segundo capítulo se apresentou os procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como algumas características da escola analisada.

O terceiro capítulo discorreu sobre o referencial teórico. Embasado nas ideias de autores renomados, juntamente com teses, dissertações e artigos sobre o assunto, procurou-se fazer um diálogo entre os teóricos e o autor deste trabalho. No quarto capítulo é apresentado o contexto histórico ao qual este trabalho está inserido. Logo no quinto e sexto capítulos, é feita a análise de dados e as considerações finais, respectivamente, onde buscou-se expor os resultados desta presente pesquisa.

Esta pesquisa se justifica por buscar estabelecer uma sintonia entre meu trabalho como professor de História, minha situação de graduando em Educação do Campo- Ciências da Natureza e minha condição de cidadão que tem consciência da força político-social transformadora e insurgente da educação. Além disso, também se apresenta como um grito de alerta frente ao avanço das políticas econômicas neoliberais, endossadas pelo neoconservadorismo religioso, no qual favorecem políticas de liberalização econômica extensa que proporcionam a privatização dos serviços essenciais a sociedade expandindo a mercantilização da educação, da cultura e do lazer, sujeitando a população assalariada à disciplina pelo medo do desemprego e da precarização de sua existência.

Por fim, a realização deste trabalho foi motivada pelo momento histórico que ela se desenvolveu. Foi uma sintonia com o período de ingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) onde passei a cursar a graduação de Educação do Campo- Ciências da natureza, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e ao qual muitos acadêmicos denominaram de golpe midiático jurídico parlamentar. Fato este que potencializou em mim a defesa de uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos brasileiro.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

Tendo o objeto desta pesquisa definido e um universo de estudo delimitado, a modalidade de pesquisa adotada foi o estudo de caso. O estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Neste enfoque, Yin (2015) irá dizer que:

Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística do mundo real. (YIN, 2015, p.4)

Tratou-se de um trabalho qualitativo, por ter como instrumento a aplicação de um questionário a cinco professoras² de uma escola pública do Litoral Norte do RS, caracterizando subjetividade na pesquisa realizada, remetendo a compreensão do tema de várias maneiras (MEZAN, 1997). Além disso, argumenta os resultados do estudo por meio de análises e percepções. Neste ponto, Creswell (2010), citando Locke (2007), irá dizer que:

A pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. Isso introduz uma série de questões estratégicas, éticas e pessoais ao processo de pesquisa qualitativa (Locke et al. 2007). Com essas preocupações em mente, os investigadores identificam explícita e reflexivamente seus vieses, seus valores e suas origens pessoais. (CRESWELL, 2010, p. 209).

Assim, o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único e particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações, como no caso desta presente pesquisa, *o papel político social da educação escolar para a mudança da sociedade: um estudo realizado na escola pública do Litoral Norte do RS, no*

² Professoras, mulheres e mães. No entanto, tais especificidades não foram critério de escolha desta pesquisa.

período histórico pós-golpe de 2016 até o primeiro semestre da pandemia de Covid-19 no Brasil.

A técnica de coletas de dados aqui utilizada foi um questionário³ contendo seis perguntas com o intuito de alcançar os objetivos deste trabalho. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Além disso, o questionário tem como ponto forte a garantia do anonimato e deixa em aberto o tempo para os sujeitos de pesquisa pensarem sobre as respostas. Neste período de pandemia, ao qual o presente trabalho foi realizado, onde as aulas estão suspensas por tempo indeterminado, os professores se adaptando a um novo formato de docência e as mazelas que por si só uma doença que ainda não tem cura ocasionam, penso que se mostrou uma técnica possível para dar segmento à pesquisa.

Os sujeitos sociais a serem pesquisados neste estudo de caso foram os professores. Inicialmente, seria realizado o reconhecimento da escola pesquisada, interação com os sujeitos de pesquisa e aplicação de questionário, sendo esses sujeitos da equipe diretiva, professores e estudantes representantes de turma. No entanto, mais uma vez, a pandemia de Covid-19 restringiu esta possibilidade devido à transtornos que a mesma provocou no âmbito escolar, social, físico e mental. Assim, a análise da pesquisa foi com base em um grupo de cinco professoras de uma escola pública do Litoral Norte do RS.

A escolha das professoras teve como critério a área de atuação. Procurou-se aqui abranger todas as áreas de conhecimento no qual o momento de pandemia, deslocamento e comunicação virtual permitisse. Assim, esse trabalho contou como sujeitos de pesquisa professoras de história (duas), artes, matemática e filosofia. O objetivo aqui foi a diversificação de pontos de vista de acordo com as diferentes áreas de atuação. Estas, então, foram submetidas a um questionário, enviado de forma virtual, com a finalidade de

³ Disponível em anexo.

responder: *qual o papel político social da educação escolar, a partir do período pós-golpe de 2016 até o primeiro semestre da pandemia de covid- 19, tendo em vista a educação emancipatória?*

Já o espaço pesquisado foi uma Escola Pública de Ensino Médio do Litoral Norte do RS. A sua localização é central e de fácil acesso para a comunidade do município, mas peca no quesito a acessibilidade interna para portadores de deficiência física, o que acentua sua dificuldade no processo de inclusão.

Sua funcionalidade se dá nos turnos da manhã, tarde e noite. Além da modalidade de ensino sequencial, a escola também oferece a modalidade da EJA. Possui também laboratório de ciências, informática e biblioteca, sendo um ponto de referência da região, embora apresentando problemas e dificuldades no âmbito estrutural e funcional.

O Projeto Político Pedagógico foi construído com a participação da comunidade escolar através de assembleias, consultas e entrevistas e demais ferramentas de participação democrática. No entanto, deveria ser revisado esse ano, mas em consequência da pandemia de Covid-19, será feito em tempo indeterminado. Além disso, a escola adota o modelo de gestão democrática que se caracteriza por ser

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, expressando um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta (Jamil Curry, 2007).

No âmbito da participação comunitária e nos colegiados existentes no espaço escolar, a escola possui um CPM (Círculo de Pais e Mestres) onde são eleitos representantes de pais, professores, funcionários da escola e, desde 2018, um Grêmio Estudantil. Neste mesmo ano de 2018, aconteceu a última eleição para equipe diretiva da escola para um mandato de três anos, na qual a mesma foi escolhida pelo voto dos professores, funcionários, estudantes, pais e responsáveis.

3. A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SEU PAPEL POLÍTICO E SOCIAL PARA A MUDANÇA DA SOCIEDADE.

O conceito de educação no seu sentido mais amplo pode compreender diversos significados e abranger todos os sujeitos e os mais variados espaços. “Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar” (BRANDÃO, 1985, p. 7). Contudo, o foco deste trabalho está na educação escolar e no poder que a escola tem de contribuir na transformação da sociedade.

A escola é concebida como espaço de relações sociais e humanas. “Como instituição social, ela tem tanto contribuído para a manutenção quanto para a transformação social” (GADOTTI, 2016, p.154). Portanto, como instituição, a escola pode ser definida como:

Uma organização complexa composta por relações formais e informais entre membros docentes e entre estudantes. Ao passo que é integralmente sujeita às normas da comunidade e a outras importantes condições sociais, os seus alunos e professores criam seu próprio currículo vivo à medida em que interagem nas salas de aulas. Em suma, a escola constitui um sistema social diverso e complexo com um múltiplo de partes interdependentes. (Richard A. Schmuck 1980, p. 169)

Sendo a escola, então, um espaço social diverso e complexo, têm-se os sujeitos nelas envolvidos como principais personagens no processo de contribuição para a transformação da sociedade. No momento em que falamos em sujeitos e transformação social, estamos partindo da ideia que a educação não é neutra, ela é política. Aqui, o político, em seu sentido mais amplo, significa, portanto, “a produção da convivência entre pessoas e grupos” (PARO, 2010, p.27). Portanto, não é neutra, pois é o contraponto da educação tradicional. Educação tradicional esta que impões

um ensino desinteressante em que à criança cabe apenas obedecer às determinações do professor e da escola, independentemente de sua vontade e interesse, a escola tradicional concorre para

desenvolver um tipo de obediência e passividade que não é compatível com o exercício democrático de cidadãos autônomos, inculcando valores que favorecem a constituição de indivíduos acostumados a dominar os mais fracos e a obedecer sem resistência os mais fortes. (Paro, 2010, p.62)

Reforçando, de forma mais enfática a linha de pensamento de Paro frente a educação tradicional, Sartori (2016, p.135) afirma que este modelo de educação é “elitista e mantenedor do sistema atual vigente, que subordina o educando, sufocando o gosto pela rebeldia, reprimindo a curiosidade, desestimulando a capacidade de desafiar-se, de arriscar-se, tornando-se um sujeito passivo”.

O educador e intelectual Paulo Freire, em sua obra *A pedagogia da autonomia*, vê na ética e na emancipação da pessoa como sujeito histórico, em seu sentido amplo, como principal ferramenta dos educadores no processo de mudança da sociedade. Grande parte desta sociedade é vitimada por um sistema neoliberal excludente, perverso e fatalista. Segundo o autor:

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solto no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” Ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. (2006, p. 17)

É neste sentido que a autonomia e a ética⁴, no processo de aprendizagem de educandos e educadores, são fundamentais para, ao invés de somente negar um sistema imobilizador, propor alternativas ao qual se possa acreditar e tornar-se, de fato, possível uma sociedade mais justa, igualitária e humanamente digna de se viver. A ética deve estar inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou adultos, pois no momento que se contraria esse princípio, pode acontecer de se estar ferindo a autonomia do educando, fundamental neste processo de mudança de sociedade, como diz Freire:

⁴ Ética no sentido de condenar a exploração da forma de trabalho do ser humano que golpeia o fraco e indefeso (FREIRE, 2016)

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua sintaxe e sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha no seu lugar” ao mais tênue sinal de rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgrede os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (2006, p. 81)

Isto significa que o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. É por estes princípios que devemos lutar. Uma alternativa que ultrapasse as barreiras do método tradicional, no qual a mera transmissão de conhecimentos do professor para o aluno prevalece, e que o educador é apenas um explicador de conteúdo. Qualificando esta lógica de forma crítica, Vitor Paro vai ao encontro de Paulo Freire quando afirma que:

A educação consiste na apropriação da cultura. O conceito de educação não tem por fim desenvolver competências e habilidades nos alunos que os capacite apenas a responder testes e provas para passar no vestibular ou ingressar no mercado de trabalho, mas visa à formação do homem em sua integralidade. O homem a tornar-se histórico é, antes e acima de tudo, sua condição de sujeito. É como sujeito que o homem se diferencia do restante da natureza. Isso significa que ele é o único que se desprende de sua condição meramente natural, pronunciando-se diante do real e criando valores. Na criação de valores revela-se o caráter ético do homem. (2007, p. 3)

Desta feita, é fundamental a ideia de se constituir um sujeito histórico na sua integralidade se quisermos pensar na construção de uma nova sociedade, pois a reprodução da ideologia dos grupos dominantes⁵ é que predomina nas escolas. Definitivamente, também dentro do âmbito da educação escolar, se manifesta a luta de classe, pois dos grupos dominantes não se pode esperar nenhuma iniciativa de transformação em favor das camadas dominadas sem pressão dos interessados (PARO, 2008, p.10).

Neste ponto, importante destacar a gestão democrática nas escolas que, no Brasil, conquistou espaço na década de 1980 e entra no debate, pois são na participação do processo de discussão e na tomada de decisões que o sujeito

⁵ A definição de grupos dominantes está apresentada no próximo capítulo.

desenvolve a sua cidadania e emancipação. Sobre esse aspecto, define Comerlatto (2013 p. 83):

A gestão democrática da educação é constituída no cenário nacional num período de democratização da sociedade como um todo, em busca de maior liberdade e autonomia política para a sociedade, em especial a classe trabalhadora. No caso da educação, essa liberdade e autonomia referem-se fundamentalmente a possibilidade de cada realidade escolar, respeitando a universalidade do campo em que está inserido, escolher seu modo de fazer educação, em diálogo com o coletivo.

A partir deste contexto de mudança da sociedade em prol de mais dignidade humana, Mézaros, em sua obra *a educação para além do capital* (2005), vai dizer que se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente, é necessário romper com a lógica do capital. Esta lógica mencionada por Mézaros é a ideia sistêmica capitalista onde a educação é vocacional, o que significa, em nossa sociedade, o confinamento das pessoas envolvidas a funções utilitaristas, privadas de qualquer poder decisório, e geral, ao qual se deve ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as habilidades do pensamento. Porém, Mézaros ainda afirma que não é negando um sistema que comprovadamente não deu certo, visto as desigualdades que insistem em aumentar no mundo, que teremos as soluções almejadas em uma mudança de sociedade justa que traga dignidade e autonomia às pessoas. É necessário propor alternativas, como o mesmo afirma:

A alternativa concreta a essa forma (método capitalista) de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automeiação, na sua inseparabilidade do autocontrole e da auto-realização através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados. É também inseparável dos valores escolhidos pelos próprios indivíduos sociais, de acordo com suas reais necessidades, em vez de lhe serem impostos – sob forma de apetites totalmente artificiais, pelos imperativos retificados da acumulação lucrativa do capital, como é o caso de hoje. (2005, p. 74-75)

Como afirma Meszaros, é propondo e não apenas negando que se caminha de forma virtuosa em direção a uma sociedade mais justa. No entanto,

é importante saber o contexto e com que força dominante estamos lidando. A globalização, a adaptação das economias mundiais ao sistema financeiro, o desengajamento do Estado, privatização das empresas públicas entre outras características do neoliberalismo, tem direta influência em como se mantem o sistema educacional. A escola é, cada vez mais, vista como uma empresa entre outras, compelida a seguir a evolução econômica. “As reformas neoliberais impostas à escola vão ser em seguida, cada vez mais, guiadas pela preocupação com a competição econômica entre sistemas sociais e educativos e pela adaptação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral”. (LAVAL, 2003, p. 12)

Contudo, vivemos em tempos incertos, onde os conflitos ideológicos estão expostos e o poder do *opressor* se mostra forte e compacto. Muito mais do que uma crise passageira, é uma mutação do capitalismo que assistimos. “A aposta crucial é o enfraquecimento de tudo o que faz contrapeso ao poder do capital (LAVAL, 2003. P.13). A correlação de forças, principalmente em tempos de mutação do sistema capitalista vigente, faz com que os detentores do poder econômico se comportem de forma mais agressiva. É nesta conjuntura que Apple irá afirmar que:

Estamos presenciando uma notável ofensiva empresarial, uma ofensiva na qual nosso sistema educacional está gradualmente sendo mais e mais envolvido na órbita ideológica do capital e suas necessidades. “O que é bom para empresa é bom para o país e seu povo” pode não ser uma política educacional muito boa, mas está se tornando uma descrição bastante precisa do que está ocorrendo. (2003, p.14)

A ofensiva empresarial ao qual Apple define seria a ofensiva do poder econômico e cultural com o objetivo de se apropriar do conhecimento produzido, transmitido e compartilhado e usá-lo em prol de seus interesses. Está em disputa a formação do professor e construção dos currículos escolares, por exemplo. Essa disputa de poder dentro da educação é possível ver no que diz respeito da disputa pelo conhecimento. Sobre esse assunto, Miguel Arroyo irá dizer que:

Em toda disputa por conhecimento estão em jogo disputas por projetos de sociedade. É necessário e urgente um movimento de reação ao caráter conservador, padronizador que as políticas de avaliação impõem aos docentes e educandos, sobre o que ensinar e aprender. (...) A docência está em disputa. O trabalho, a liberdade criativa dos trabalhadores na educação. Está em disputa o conhecimento, a cultura e sua rica diversidade. (2013. p.25).

Dentro dessa temática da correlação de forças, no cenário brasileiro, é importante destacar os desdobramentos, a partir do impeachment de 2016, que depôs a presidente Dilma Rousseff (PT), e suas consequências junto às forças sociais transformadoras. A partir de um diagnóstico, do ponto de vista das classes dominantes detentoras do poder econômico e sustentador do sistema atual vigente, de que a crise está no Estado, e não no capital, “a principal estratégia dos opressores está em redefinir o papel do Estado, esvaziando-o de suas funções de promotor e executor de políticas sociais” (LIMA, 2017), tornando essas classes dominantes mais agressivas em seus atos em prol do poder, principalmente em tempos de crise.

Neste sentido, Apple (2008) afirma que “a opressão é real, sistemática e estrutural, seu poder é profundo em nossas instituições e em nossas vidas cotidianas”. No entanto, embora o modo de produção capitalista seja de fato responsável por severa desigualdade social, não é a raiz de tudo que enfrentamos. Racismo, sexismo, guerra, homofobia, fundamentalismo religioso e outros são flagelos que vão além do sistema econômico vigente.

Neste ponto de caráter cultural, é importante destacar o fundamentalismo religioso crescente, por conta do avanço das igrejas evangélicas neopentecostais na sociedade brasileira. No que tange a educação, este fenômeno passou a exercer enorme influência dentro da disputa pelo poder e controle do conhecimento dentro da educação, materializado no movimento chamado Escola Sem Partido (ESP). O ESP “foi inspirado no movimento *No Indoctrination*, uma iniciativa norte-americana que constituiu como um fórum on-line de denúncias anônimas de professores que estariam inserindo agendas políticas em sala de aula, na tentativa de ‘doutrinar’ os alunos a uma maneira específica de pensar” (LIMA, 2017, p.12), sendo o campo legislativo a principal e mais grave frente de atuação para a educação pública brasileira. Esta configuração de movimento se torna, assim, muito

prejudicial à educação escolar, estabelecendo “um ambiente de medo, obscurantismo impróprio para a democracia e muito similar ao de períodos de ditaduras” (LIMA, 2017, p.13).

Assim, é também através deste viés cultural que se busca responder se a educação pode contribuir para a mudança da sociedade. Para isto é importante ter-se ideia que “as escolas são lugares de ações individuais e coletivas de mobilização educacional na construção de movimentos que possibilitem a busca de igualdade de direitos dentro de uma sociedade injusta” (APPLE, 2008); uma busca pela igualdade afetiva. Portanto, através de alianças, lutas e posicionamento crítico é que poderemos almejar uma sociedade mais digna, aonde chegará um dia em que, segundo Apple.

As pessoas construirão escolas para seus filhos para manter seu passado vivo e para construir um futuro melhor. Membros da comunidade, ativistas, professores, estudantes e muitos outros se mobilizarão e se sacrificarão coletivamente para criar instituições educacionais responsáveis, mesmo em condições destrutivas e desastrosas. (2008 p. 268)

Finalmente é por esse aspecto que a escola entra como agente fundamental no papel de transformar e modificar a sociedade em busca de dignidade e de uma sociedade menos injusta. É fundamental nos tempos de crise e embate ideológico a tomada de posição e o questionamento. É de suma importância a apropriação do conhecimento por parte dos oprimidos, da classe trabalhadora que, neste caso, não se refere apenas ao trabalhador braçal, ou àquele envolvido exclusivamente no trabalho industrial, mas a todo aquele que, nesta sociedade, tem que vender a um empregador sua força de trabalho física ou mental (PARO, 2008, p.9). É neste sentido que a educação pode e deve contribuir para a transformação social. Afinal, “a educação não transforma o mundo, transforma as pessoas. As pessoas que irão transformar o mundo” (FREIRE).

4. O PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016

O impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), no ano de 2016, marco importante para a mudança de novos ventos no país, foi realizado devido à acusação de pedaladas fiscais feitas pela chapa vencedora e por créditos suplementares sem autorização legislativa. Contudo, até hoje, não existem respostas robustas para sua realização e inúmeras personalidades e setores da sociedade brasileira e mundial irão chamar este episódio de golpe jurídico-midiático- parlamentar⁶.

4.1 O golpe de 2016 e a ascensão da extrema direita no Brasil

Com o impeachment de Dilma Rousseff (PT) se potencializou uma forte crise econômica e ideológica. Criando forma nas jornadas de junho de 2013, se consolidando no impeachment da presidente Dilma e expondo dualismo e discursos agressivos em milhares de sujeitos, a sociedade brasileira se polarizou e o debate político tornou-se comum em diversos espaços. Muitos atribuem o problema a questões econômicas, mas a grande questão está também relacionada aos interesses de classe, envolvendo a elite do dinheiro que é, antes de tudo, a elite financeira, que comanda os grandes bancos e os fundos de investimentos (SOUZA, P.13), a classe média conservadora e as classes populares. Neste particular da nossa história recente, Napolitano afirma que:

À medida que a ruptura da classe média com o petismo foi crescendo, alimentada sistematicamente pela imprensa de direita, a crise ideológica ficou mais aguda. Os deslizamentos morais do partido e suas lideranças deram o lastro que faltava ao discurso tosco e desconexo do conservadorismo. Permitiram que se escondesse uma crítica elitista atrás do bom combate a moralidade pública. (2016, p.9)

⁶ No mês de outubro de 2020, Michel Temer (vice-presidente na chapa de Dilma, pelo PMDB) lançou um livro chamado A escolha, onde faz referência a participação de generais brasileiros no processo de afastamento da presidente.

Foi neste contexto que no dia 31 de agosto o senado aprovou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, “uma figura política de alto escalão, como o próprio New York Times assinalou em seu editorial de 12 de maio de 2016, que não roubou em benefício próprio, sendo destituída por uma gangue de ladrões que, estes sim, fizeram isso; tratando-se então aqui de um golpe brando” (CHOMSKY, 2016). Esta data, portanto, fica conhecida como o dia do golpe parlamentar- jurídico- midiático. Um golpe que se deu por um amplo acordo de interesses, reeditando o “velho acordão brasileiro”, entre as diversas elites, agora comandada pela elite financeira. Um acordo que visa romper o sistema democrático representativo após três vitórias consecutivas de uma frente de governo popular. Este acordo é elaborado por três forças conservadoras elitistas que Jesse Souza define com precisão da seguinte forma:

A elite financeira, a mídia- sob comando da TV Globo-, o parlamento comprado e a casta jurídica se unem e decretam o fim do governo eleito. Com o golpe consumado, todos os interesses que se articulam partem direto para a rapina e para o saque do espólio. Vender riquezas brasileiras, o petróleo a frente, cortar os gastos sociais, posto que vale agora é apenas o interesse do 1% mais rico, e fazer a festa da turma da “privataria”. (2016, p.13)

Foi então que, omitindo o discurso elitista no combate ao fim da corrupção e trazendo identificação ideológica para parte da sociedade brasileira, mais precisamente a classe média conservadora, é que parte dos ingredientes para o golpe já estavam na panela. O que faltava era um líder que a direita pudesse chamar de seu. E é neste ponto que Boaventura Santos elucida muito bem o papel do juiz Sérgio Moro, homem responsável por conduzir a operação jurídica policial denominada Lava Jato.

Um juiz de primeira instância que realmente assumiu como justiceiro privado a Lava Jato, tomando medidas ilegais e inconstitucionais. E aqui é que se nota o caráter conservador do sistema, pois ele não foi disciplinado por irregularidades que cometeu, como por exemplo, grampear o telefone da presidente. Quer dizer é um escândalo o que se passou. Por outro lado, obviamente que é totalmente seletivo, porque nunca houve tanta luta contra a corrupção como nos governos do PT. A corrupção obviamente atinge sobretudo o PSDB e o PMDB,

mas a seletividade da investigação está sobretudo em cima do Lula e da Dilma e de algumas pessoas do PT (2016)⁷

Consoante às questões de interesses de classes que se configuram como principal fator interno para a consumação do golpe jurídico- parlamentar-midiático, o cenário internacional e, neste caso, o papel dos Estados Unidos neste processo, é fundamental se registrar. Não se pode deixar de entender o que se passou no período do golpe (e se passa até o presente momento) sem uma ação desestabilizadora norte americana. Neste viés, Boaventura nos diz que:

Há duas dimensões; o financiamento de organizações que surgiram a favor do impeachment – como por exemplo os irmãos Koch que financiam uma das agendas superconservadoras nos EUA – têm estado a financiar estas organizações. Por outro lado, os EUA têm feito muita força para que os homens, sim homens, de fato, todos brancos, que estão do lado deles assumam o poder o mais rápido possível. Fundamentalmente com o objetivo principal de neutralizar o Brasil como um dos protagonistas dos BRICS. Os BRICS são uma ameaça extraordinária para os EUA, porque os EUA são uma economia em dependência que se aguenta fundamentalmente porque detêm importante capital financeiro e, portanto, por aceitação universal do dólar. (SANTOS, 2016)

Assim, com um golpe brando executado com sucesso e um governo interino aplicando o projeto econômico do candidato derrotado nas urnas nas eleições de 2014, que a agenda política no país se reconfigurou. Somado a isso, a forte interferência norte americana tutelada pela operação jurídica-policiaL Lava Jato, com evidentes indícios de falta de imparcialidade e por ser seletiva em suas ações, é que se concretiza a vitória do candidato de extrema direita nas eleições de 2018: Jair Bolsonaro (sem partido). Um candidato, hoje presidente do Brasil, com fortes traços fascistas. Porque fascismo, segundo Jason Stanley, nada mais é do que *uma ideologia baseada em poder, lealdade e medo* (2020). E a campanha para presidente de 2018, no Brasil, por parte de Bolsonaro e seu aliados, se caracterizou por ser polarizada, com discurso nacionalista, anticorrupção e com forte entonação conservadora, o que ilustra bem a definição de um movimento fascista por Stanley, quando afirma que:

⁷ Entrevista publicada no blog da Boitempo no dia 02 de junho de 2016.

O líder quer poder. Ele vai dividir a população criando esse medo terrível e vai se identificar com a bandeira, com elementos patrióticos da sociedade, talvez com o uniforme da equipe olímpica. Isso se torna uma associação clássica de um movimento fascista. E cria esse medo que fica tão grande, tão intenso que bons cristãos ou judeus, muçulmanos, bons religiosos, religiosos conservadores que acreditam na dignidade de todas as vidas, acreditam que isso é uma emergência e que é preciso ser leal e respeitar esse homem forte que vai nos salvar. Então essa é a dialética do fascismo, funciona criando esse tipo de medo e o objetivo final é a corrupção, o objetivo final é só o poder (informação verbal).⁸

Contudo, dentro deste cenário de reconfiguração de agenda política, movimento de forças fascistas e implementação de políticas neoliberais, o planeta é assolado por uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo vírus intitulado de Sars-Cov2 e que, até o momento da realização deste trabalho, não se conseguiu resultados positivos para uma vacina eficiente e abrangente. Além disso, devido a pandemia, as aulas presenciais foram suspensas em todo território nacional⁹, trazendo a luz do debate o ensino remoto e, por consequência, a relação entre a educação e a desigualdade social brasileira. Desigualdade social potencializada desde o golpe de 2016 juntamente com a ascensão do neoconservadorismo no cenário político nacional.

⁸ Entrevista concedida a Atila Iamarino em seu canal no youtube em julho de 2020.

⁹ Cada estado da federação tomou medidas específicas, através de decretos, em relação a suspensão das aulas presenciais.

4.2 O neoconservadorismo na educação escolar

Como descrito acima, a partir de 2016, ano do golpe jurídico- midiático-parlamentar, a agenda política no Brasil e, não diferente em muitos países do ocidente, sobretudo os EUA, se reconfigurou e tomou direção ao espectro político da direita. Isso se tornou possível devido a uma coalizão de forças conservadoras que, embora contraditórias entre si de forma parcial, se completam em pontos essenciais. Essas forças são identificadas e descritas por Apple como sendo os

Neoliberais que estão profundamente comprometidos com mercados e com a liberdade enquanto “opção individual”. Os *neoconservadores*, que tem a visão de um passado edênico e quer um retorno à disciplina e ao saber tradicional. Os *populistas autoritários-fundamentalistas* religiosos e evangélicos conservadores que querem o retorno a (seu) Deus em todas as nossas instituições. E, por fim, os membros de uma fração particular da *nova classe média* de gerentes e profissionais qualificados. (2003, p.13)

Contudo, o neoconservadorismo se destaca por ser uma força nova e relevante dentro desta coalizão tensa. Define-se por ter uma visão romântica do passado. Um passado em que o “verdadeiro saber” e a moralidade reinavam supremos, onde as pessoas “conheciam o seu lugar” e em que as comunidades estáveis, guiadas por uma ordem natural, protegiam-nos dos estragos da sociedade (APPLE, 2003).

Entretanto, é neste ponto que a educação entra como um espaço de disputa de poder frente aqueles que desejam a manutenção de um sistema baseado, sobretudo de acordo com o ideário neoconservador e seu passado *romântico*, e aqueles que insistem em romper com a lógica do sistema. Neste sentido, Paula Valim nos diz que:

A educação se apresenta como um campo importante na correlação de forças societárias distintas, porque ela pode subsidiar, a um só tempo, duas coisas opostas: a transgressão à ordem social vigente, ou a sua manutenção, especialmente neste período particular de crise do capitalismo (2017, p.42)

Com o avanço da agenda política conservadora no Brasil dentro do campo educacional, ilustrando bem o que Valim identificou como correlação de forças, o ataque neoconservador se dá, principalmente, no currículo e na docência. No que diz respeito à docência, mais uma vez Apple traz de forma lúcida esse contexto quando afirma que:

Não é só em coisas como o controle sobre o *saber legítimo* que vemos os impulsos neoconservadores. A ideia de um Estado forte também é visível no crescimento da regulamentação estatal no que diz respeito aos professores. Tem havido uma guinada cada vez maior da “autonomia permitida” para a “autonomia regulada” à medida que o trabalho dos professores torna-se extremamente padronizado e “policiado”. Essas políticas levam à “desqualificação” dos professores, à “intensificação” de seu trabalho e à perda de autonomia e respeito (2003, p.63)

Dentro deste particular, que é o avanço do neoconservadorismo no debate educacional, o já mencionado Escola sem Partido, movimento conservador suprapartidário, ganha força dentro dos espaços educacionais e no âmbito político. E o debate do ESP se dá justamente nos temas currículos e docência, como define Lima:

Fica evidente que a disputa do ESP se trava no campo curricular e atravessa todos os espaços da educação. Isso porque o movimento pretende direcionar o currículo, selecionando os temas que podem ou não ser apresentados nas salas de aulas e, com isso, neutralizar o trabalho do professor (2017, p.37)

Importante registrar que, embora as forças conservadoras lideradas pelos neoliberais se contradigam em certos pontos, principalmente como enxergam o papel do Estado, sua ofensiva atinge êxito considerável por terem trazido fundamentos religiosos populistas e autoritários e os evangélicos conservadores para dentro do guarda-chuva da aliança conservadora (APPLE, 2003)

Assim, fica evidente que a educação se tornou ponto chave para todos aqueles que identificam nela a ferramenta essencial de poder, seja ele de empoderamento, no sentido crítico de se questionar a realidade transformá-la, seja ele por setores tradicionais e reacionários. E esta é uma história que está longe do seu capítulo final.

5. O PAPEL POLÍTICO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO LITORAL NORTE DO RS, NO PERÍODO PÓS GOLPE DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DA PANDEMIA DE COVID-19.

Este capítulo apresenta as respostas das professoras ao questionário de pesquisa, juntamente com análise comentada e dialogada. Contudo, como já esclarecido no capítulo *caminhos da pesquisa*, as professoras não foram identificadas pelo nome. Assim, as professoras 1 e 4 são do componente de História; a professora 2 de Filosofia, a professora 3 de Matemática e professora 5 de Artes, representando as áreas de conhecimento das humanas, das exatas e de linguagem, respectivamente. Infelizmente, como já mencionado, não foi possível, em virtude de consequências da pandemia de Covid-19, trazer para a pesquisa professoras das áreas de Ciências e de Português.

A primeira questão abordada aos sujeitos desta pesquisa se refere a como se caracteriza uma escola pública de qualidade. Através das respostas, o que se pode observar é que gestão escolar, infraestrutura, reconhecimento e qualificação do professor e novas abordagens educacionais são o eixo para esta caracterização. A *professora 5* faz uma definição interessante e motivadora de escola pública de qualidade quando afirma que:

A escola ideal é baseada no amor, no pertencimento, no equilíbrio entre o dar e receber e traz em primeiro lugar a ordem hierárquica. É uma escola voltada para a ecologia, ao emocional, a construção de pessoas conscientes de seus direitos e de seus deveres. É uma escola que acolhe as famílias com suas diferentes situações, não segrega e não expulsa aluno. Ao contrário, lhe dá um lugar e faz desenvolver as habilidades, valoriza a arte e o amor.

Consoante, a direção da escola e a gestão escolar também são citadas como parte essencial da qualidade da escola pública. A direção é vista, para a *professora 5*, como "principal necessidade. O nome já diz, a direção da escola vai direcionar o trabalho, vai ser construtiva ou destrutiva". Além disso, é evidenciado também a relação com que a comunidade escolar deve se ater a gestão. Neste ponto é que a *professora 2* elucida que:

A escola pública de qualidade é aquela que garante e leva em conta todas as especificidades de sua comunidade, para garantir uma aprendizagem satisfatória e promover uma formação cidadã (sempre tendo em mente a visão de uma globalização socioeconômica). Entretanto, para que esse processo seja efetivado hoje em nossas escolas, é indispensável o protagonismo da gestão escolar e, a valorização dos profissionais da educação em todos os âmbitos

No âmbito curricular há menções por parte de duas professoras. A *professora 4* sugere então que uma escola pública de qualidade é aquela que oferece em seu currículo uma abordagem interdisciplinar, quando a mesma afirma que “uma escola interdisciplinar seria a ideal tendo os conteúdos planejados de acordo com a realidade de cada instituição e olhando para sua comunidade escolar”.

Contribuindo com o pensamento da *professora 4*, Arroyo irá reforçar que os estudantes e docentes, de forma geral, não estão nos currículos quando afirma que:

As experiências sociais dos professores e dos alunos estão ausentes nos currículos porque ignoram os sujeitos sociais e ignoram os mestres e educandos como sujeitos de conhecimento, de cultura e de valores. De experiência significativa. Um traço de uma longa história de ausências e de ocultamentos dos coletivos segregados (Arroyo, 2013, p.143)

A questão estrutural da escola também não é esquecida e, quanto a este fator, a *professora 3* completa que a escola pública ideal também é “aquela com infraestrutura adequadas, espaços de lazer, cultura e com profissionais motivados e sempre em busca de conhecimento”.

Contudo, para a contribuição da escola na transformação da sociedade, se faz importante aqui o entendimento e participação dos colegiados existentes no espaço escolar. São eles o “Conselho Escolar, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o Grêmio Estudantil e os documentos norteadores: Regimento escolar e Projeto Político Pedagógico “(FERRAZ, 2017). No entanto,

Isoladamente, não são suficientes para a implementação da gestão democrática. Com certeza, a auxiliam, mas podem se tornar meras burocracias e pouco democráticas. O seu exercício só se confirma

quando as pessoas do universo escolar tomam a democracia e o diálogo como princípio não apenas das suas relações na escola, mas como fundamento de vida, em todas as esferas da sociedade. (Ferraz, 2017 p.02)

Assim, todas as professoras, ao serem questionadas sobre a existências dos colegiados na escola, citaram o Conselho de Pais e Mestres definido pela *professora 3* como um conselho composto pela “direção da escola, representante dos alunos; representante dos pais ou responsáveis pelos alunos; representante dos professores; representante da equipe pedagógica; representante dos trabalhadores e representante da comunidade local”.

Duas professoras, *professoras 1 e 4*, citaram a existência do Grêmio Estudantil e a *professora 5* citou também o movimento sindical, afirmando que têm “o sindicato que, muitas vezes, não é recebido pela escola de bom agrado, dependendo as sintonias com os governos vigentes”. No entanto, os documentos escolares como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico não foram mencionados de forma específica.

A questão seguinte foi sobre quais os espaços de participação da comunidade existem na escola. Entretanto, por se tratar de um questionário e estarmos em um momento de distanciamento social devido a pandemia de covid-19, não houve maiores esclarecimentos e diálogo com os sujeitos, como mencionado neste trabalho de pesquisa. Portanto, houveram diferentes interpretações acerca desta questão. O que de forma alguma impediu de fazermos algumas observações acerca das respostas.

“Pouca participação da comunidade escolar” (*professoras 1 e 4*), “todos os espaços estão disponíveis” (*professora 2*), reuniões de pais e responsáveis (*professora 3*) e “os espaços são limitados” (*professora 5*), foram algumas das expressões usadas pelas docentes. Porém, transcrevo aqui uma colocação da *professora 2* nos dizendo que “todos os espaços estão disponíveis, dependendo da demanda: salão, pátio, refeitório e etc” dando subjetividade e uma ampla interpretação no sentido de que os espaços existem e que basta serem invocados.

O quarto questionamento, enfatizando o momento histórico atual, se referia a abordagem do contexto político atual do país em sala de aula, por

parte das professoras. Todas responderam que elaboraram atividades referentes ao momento político e social atual do Brasil em suas aulas.

As *professoras 1 e 4* enfatizaram a importância do uso do tema em sala de aula. Inclusive a *professora 4* afirma que aborda o assunto “todos os dias, pois é imprescindível que se faça tal abordagens, ainda mais em tempos que estamos vivendo: um Estado neoliberal que flerta com o fascismo”. Segundo a mesma, esta é uma forma de modificar a forma de aprender. Paro reforça a professora 4 quando afirma

Não tão de forma específica e posicionada, mas com o mesmo propósito de abordagem, as *professoras 2 e 3* também destacaram a sua contribuição em levar temas atuais que requerem reflexão por parte dos estudantes. Entretanto, se faz importante trazer aqui um projeto no qual a *professora 5* participou, quando lecionava em uma escola pública de Porto Alegre. Segundo a professora:

Particpei de um projeto que me causa muito orgulho, criamos um livro sobre os Quilombos urbanos de Porto Alegre. Juntamente com a secretaria de trabalho os alunos escreveram um livro “trabalho, não trabalho Quilombola”. Onde fizemos saídas de campo, bem como conversas e palestras com as entidades culturais dos Quilombos, escutamos as histórias culturais de cada Grios, que são os mais velhos Quilombolas e que guardam as histórias vivenciadas de lutas por território e reconhecimento cultural. Foi uma trajetória muito rica onde editamos e imprimimos os livros que foram distribuídos gratuitamente, pode ser baixado em PDF, e os alunos puderam expor e autografar os livros na feira de POA.

Após saber um pouco da participação das professoras em debates e projetos acerca do momento histórico e político atual do Brasil, a quinta questão, com vista a especificar o debate frente a contribuição da escola para a transformação social, se referia a como a escola está trabalhando a participação dos sujeitos no processo de discussão e tomada de decisão de tudo o que diz respeito ao fazer escolar.

Assim, podemos observar, através das respostas, que todas afirmaram que a participação na tomada de decisão na escola ainda é muito tímida. Ilustrando isso, a *professora 3* diz que “ainda estamos caminhando nesse processo, pois muito das decisões não partem da comunidade escolar, são

decisões oriundas de entidades superiores, então muitas decisões não são diretamente consultadas junto aos pais e responsáveis”.

De forma mais específica e incisiva neste tema, a *professora 5* denuncia veementemente o movimento de engessamento do professor e, por consequência, da comunidade escolar, nas tomadas de decisão da escola quando diz que:

As ordens vêm de cima, os professores não são escutados, os governos fazem o que querem e desestruturam e tornam a SeducRS caótica de forma proposital. Dão cargos e ameaçam as direções com seus discursos, amedrontando a livre ação das escolas. Essa é a raiz das práticas educativas excludentes e desinteressadas na construção participativas das decisões e direcionamentos em prol social e comunitário, desfazendo a suposta democracia vigente, onde todos podem ser agentes criadores, passando a ser agentes manipulados e enfraquecidos sistemicamente.

Contudo, a *professora 4* nos traz um exemplo positivo de participação, criatividade e autonomia quando nos conta sobre um projeto pedagógico de inclusão e participação, reforçando que o que há a fazer é “buscar formas de levar o aluno a querer aprender, levando em conta as condições em que ele se faz sujeito” (PARO, 2007), quando diz que:

Temos um trabalho denominado de Projeto de vida que neste momento se aborda um pensamento sobre o futuro dos estudantes pós escola como cidadãos e seu papel de pertencimento a sociedade que fazem parte, embora vivam as margens dela.

Por fim, este trabalho não poderia deixar de analisar a docência em tempos de pandemia. Desta forma, foi perguntado às professoras, na última questão, quais eram as dificuldades na adequação de atividades e aprendizagem no ensino remoto, frente ao momento de pandemia de Covid-19 e a suspensão das aulas presenciais.

Nesta questão, a adaptação a novas atividades, as dificuldades encontradas com as tecnologias de acesso digital e, principalmente, a desigualdade social, foram os tópicos enumerados por todas as cinco professoras. Quanto a adaptação às novas atividades, a *professora 1* diz que,

quanto a adaptação, os professores devem entender “que não é momento de cumprir conteúdos, mas sim manter atividades com vínculo, já que a evasão é enorme”.

Em relação a dificuldade com as tecnologias, muitos professores estão improvisando e adotando ferramentas alternativas para contornar essas dificuldades. Nesse sentido é que a *professora 2* diz que existem

As dificuldades de acesso on-line às atividades e a falta de conhecimento ao manuseio da tecnologia. A alternativa, além dos grupos de WhatsApp e devolutivas por e-mail, é a entrega impressa nos horários de atendimentos da escola, inclusive para aqueles que não tem um meio tecnológico, para desenvolver essas tarefas.

No entanto, a desigualdade social, abordada de forma destacada por todas as professoras, é que ilustra bem o drama que a educação, principalmente a educação pública, vive nestes tempos de pandemia. Essa situação, ainda, reforça o quanto a educação pública se faz necessária para amenizar as mazelas das consequências da lógica capitalista na vida das pessoas. Para melhor entendimento desta realidade, a *professora 4* relata que:

A pandemia jogou uma lupa diante dos problemas que sempre tivemos no chão da escola pública. Falta de acesso e equipamentos para aulas remotas por parte dos alunos e dos professores, falta de diálogo entre Estado e Coordenadorias e direções de escola, descaso e falta de planejamento pelo governador e seu secretário de educação diante da falta de realidade em que estão sujeitas as escolas e os estudantes antes e agora durante a pandemia.

Não obstante, a resposta da *professora 5* para este questionamento ilustra muito bem o grito de socorro de parte da categoria e a consciência da importância do papel da luta do professor por uma educação pública de qualidade. Esta consciência é destacada por Paro quando ele afirma que

Não basta gostar do trabalho que exerce, é preciso ter consciência política de sua função e do que ela representa na construção de seres democráticos para uma sociedade democrática. Ciente dessa condição dos trabalhadores em educação, toda política educacional deve ser orientada para favorecer as condições tanto materiais (salário compatível, carreira, assistência profissional e etc.) quanto didáticas (organização e funcionamento da unidade escolar) que não

só permitam, mas também induzam os professores a realizar uma educação de qualidade. (Paro, 2007, p.32)

. Neste momento em que se desenha um retorno às aulas presenciais, mesmo sem a garantia dos equipamentos de proteção a doença e, principalmente, quando ainda não existe uma vacina eficaz, ela sintetiza este drama afirmando que “as nossas vidas parecem não ser prioridade, nem as vidas dos alunos”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, podemos considerar que, com a pandemia de Covid-19, muitas verdades acerca do momento político da história recente do Brasil foram antecipadas; *verdades* no sentido do debate frente às verdadeiras causas do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), bem como tudo que caracterizou a eleição do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (sem partido), hoje presidente do Brasil, transformando radicalmente a agenda política do país.

Também como consideração, podemos afirmar que o momento de pandemia trouxe a exposição de mazelas ocasionadas pelo sistema capitalista e sua atual vertente neoliberal, neoconservadora e fascista, na maioria da população. Esta afirmação se justifica quando identificamos o debate explícito sobre o verdadeiro papel do Estado para ajudar aqueles mais necessitados e quem, num momento tão delicado para a humanidade, de fato, socorre a população nos serviços a ela mais essenciais. Isto é fundamental se enfatizar, pois muito do que se destacou neste trabalho, principalmente a partir do depoimento das professoras sujeitos desta pesquisa, expõe a contradição da educação transformadora com a lógica do capital.

Assim, foi identificado o interesse das professoras em abordar a situação política e ideológica do momento recente do país em sala de aula e, a partir de março deste ano de 2020, nas plataformas digitais devido a suspensão das aulas por motivo da pandemia de Covid-19. Isso se comprovou quando todas enfatizaram e citaram projetos e/ou trabalhos realizados sobre o tema questionado. Mais interessante e motivador, referente a esta parte abordada, foi que todas as professoras destacaram a importância de trazer tais assuntos, com o propósito de provocar questionamentos dos estudantes frente a sua realidade.

Contudo, foi possível perceber a visão realista das professoras em relação da escola como instituição de colaboração para a transformação da sociedade, em contraponto com a atual lógica capitalista. Essa visão realista

podemos resumir como o entendimento de que a participação na tomada de decisão na escola ainda é muito tímida. Uma decisão que ainda não parte de forma decisiva da comunidade escolar, mas sim “de cima pra baixo”, como irá resumir uma das professoras entrevistadas. No entanto, esta tomada de decisão considerada tímida pelas professoras em seus depoimentos, caracteriza, de certa forma, o exercício da escola pública, neste presente trabalho pesquisada, em fazer o seu papel político social com o objetivo de transformar a sociedade. Afinal, a transformação da sociedade, dentro da perspectiva de que devemos, além de negar, mas propor alternativas ao capitalismo, é justamente invocar possibilidades de novos modos de produção.

Por fim, é importante destacar mais uma vez o momento em que estamos vivendo desde março deste ano de 2020: a pandemia de Covid- 19. Um período que potencializou inúmeros debates acerca da contradição entre a educação emancipatória transformadora e a lógica do capital, quando a população brasileira presenciou a suspensão das aulas por tempo indeterminado. Resumindo esta contradição, principalmente em relação a suspensão das aulas e o debate acerca do retorno da mesma sem a garantia de equipamentos de proteção, umas das professoras nos diz, de forma emocionante, que as vidas dos professores e alunos de nada valem nesse momento, mas sim o retorno, seja como for, da “normalidade pré-pandemia”.

É justamente neste debate da volta as aulas presenciais, com a pandemia de Covid-19 ainda não controlada e uma vacina não aprovada, que a contradição da educação emancipatória com a lógica do capital se desnudou. De acordo com os relatos das professoras, é visível a preocupação com o momento de incerteza e com a saúde de toda a comunidade escolar quando se evidencia, por parte dos sujeitos desta pesquisa, de que o atual governo, seja ele estadual, ou federal, têm se preocupado mais com os fatores econômicos do que com a saúde da população. Portanto, segundo elas, está em jogo uma escolha entre a economia em primeiro lugar ou a vida, a saúde, a educação pública de qualidade e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Educando à direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo, Cortez, 2003.

APPLE, Michel **A educação pode mudar a sociedade?** Vozes, 2017.

APPLE M. **Educação e poder**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1989.

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Editora Vozes, Petrópolis, 2013.

BARBOSA, Marcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de educação da UFRGS, 2009.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985

COMERLATTO, Luciani Paz. **A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria público privado**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de educação da UFRGS, 2013.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa- métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre. Sage, 2010.

FERRAZ, M. C. **Gestão democrática da escola pública: discutindo a participação dos órgãos colegiados**. Artigo, Curso de Pedagogia/CCHE. Universidade Estadual do Norte do Paraná PDE área de Gestão Escolar, 2017.

FONTOURA, Márcia Valéria da. **Princípios de convivência democrática na escola**. (Trabalho de conclusão de especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Curso de Especialização em Gestão Escolar, 2015.

FREIRE Paulo. **A pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMARINO, A. Fascismo explicado (por quem entende), < <https://www.youtube.com/watch?v=5EKXzhJh2As&t=372s> > Acesso em 05 de novembro de 2020.

JAMIL CURY, C. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007

LAVAL C. **A escola não é uma empresa, o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina. Editora Planta. 2004.

LIMA L.C. **A escola como organização educativa**. São Paulo. Cortez Editora. 2011.

LIMA, Paula Valim de. **Escola sem sentido: implicações do escola sem partido para a democratização da educação pública**. (TCC pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Curso de Pedagogia: Licenciatura. 2017.

MÉZAROS I. **A educação para além do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2011.

MEZAN R. **Subjetividade contemporânea?** Revista subjetividade contemporânea, n.1, p. 12-17. São Paulo: instituto Sedes Sapientiae, 1997.

PARO V. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo. Cortez Editora. 2010.

PARO V. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo. Editora Ática. 2008.

PARO. Vítor **A educação como exercício do poder**. Cortez Editora, 2010.

PIRES, Daniela Oliveira. **A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no brasil na promoção do direito à educação**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de educação da UFRGS, 2009.

Portal MST. < <https://mst.org.br/2019/02/11/a-educacao-emancipadora-como-projeto-de-sociedade/> > Acesso em 03 de novembro de 2019

VENTURA, M.M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista SOCERJ. 2007; (5): 383-386.

YIN. R.K. **Estudo de caso- Planejamento e métodos**. São Paulo. Sage, 2015.

ANEXO

Questionário aplicado

Questões para pesquisa

1. Como você caracteriza uma escola pública de qualidade?
2. Quais são os colegiados existentes na escola? Como atuam?
3. Quais os espaços de participação da comunidade existentes na sua escola?
4. Você participou de algum projeto e-ou debate na sua sala de aula e-ou escola sobre a conjuntura política atual?
5. Como a escola está trabalhando a participação dos sujeitos no processo de discussão e tomada de decisão de tudo o que diz respeito ao fazer escolar?
6. Frente ao momento de pandemia de Covid-19 e a suspensão das aulas quais são as dificuldades na adequação de atividades e aprendizagem no ensino remoto?